

INCLUSÃO REAL: DESMISTIFICANDO ESTIGMAS EM RELAÇÃO AO AUTISMO

Sabrina Benicio de Farias Silva ¹

Alan Oliveira Souza ²

Ikaro Rafael Marques da Silva ³

Raquel Coelho Torres ⁴

Tatiana Cristina Vasconcelos ⁵

INTRODUÇÃO

O termo "autismo" foi utilizado pela primeira vez em 1911 por Eugen Bleuler para descrever um tipo de esquizofrenia que causava uma dissociação da realidade no indivíduo. Em 1943, Leo Kanner reconheceu o autismo como uma condição clínica distinta ao analisar 11 casos de crianças com dificuldades semelhantes, diferenciando-o da esquizofrenia e destacando o início precoce do autismo (Araujo, Silva e Zanon, 2023).

Tendo isso em vista, originalmente, na Grécia antiga, "estigma" designava uma marca física indicando uma pessoa a ser evitada em público. Hoje, o termo se ampliou para além de marcas corporais. Ambientes sociais categorizam pessoas com base em atributos visíveis ou percebidos, levando a expectativas normativas. Essa avaliação pode classificar o indivíduo como diferente ou menos desejável, e em casos extremos, como mau, perigoso ou fraco. Essa categorização faz com que a pessoa seja vista como "estragada e diminuída". Muitas pessoas autistas relatam essa sensação devido à percepção e tratamento social. O estigma se manifesta quando a pessoa é considerada um defeito, fraqueza ou desvantagem, criando uma discrepância entre a identidade social virtual (como é percebida) e a identidade social real (quem realmente é) (Almeida e Rivera, 2021).

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos da inclusão de alunos com autismo em sociedade, investigando como essa prática pode contribuir para a diminuição do estigma e para a promoção de um ambiente mais inclusivo. A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender e promover práticas educativas que não apenas atendam às necessidades individuais dos alunos com autismo, mas também contribuam para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

¹Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba-(UEPB), sabrina.benicio@aluno.uepb.edu.br;

²Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – (UEPB), alan.oliveira@aluno.uepb.edu.br

³Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba– (UEPB), ikaro.silva@aluno.uepb.edu.br

⁴Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – (UEPB), raquel.torres@aluno.uepb.edu.br;

⁵Professora orientadora: Doutora em Educação (UERJ). Mestre em Psicologia (UEPB). Especialista em Psicopedagogia (UCM). Especialista em Neuropsicologia (UNILEYA). Licenciada (UEPB) e Bacharela em Psicologia (UNFIP).

tatianavasconcelos@servidor.uepb.edu.br

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este estudo foi realizado através de uma revisão integrativa da literatura que utilizou o Google Acadêmico para investigar a relação entre o estigma e o autismo, visando compreender concepções referentes ao tema em periódicos disponíveis. Foram examinados títulos e resumos de artigos relacionados ao tema, utilizando palavras-chave como "Estigma", "Autismo", "Inclusão" e "normalidade". Os critérios de inclusão incluíram abordagens amplas, e publicação entre 2013 e 2023, resultando na seleção de 9 artigos.

REFERENCIAL TEÓRICO

No começo do século XIX, a loucura passou a ser entendida menos como uma questão de erro cognitivo e mais como um problema de comportamento, emoção e vontade. Nesse novo entendimento, a loucura era vista como uma desordem na maneira de agir, nas decisões tomadas, nas paixões sentidas e na expressão da liberdade pessoal. Em vez de ser um distúrbio do julgamento racional, a loucura começou a ser vista como uma perturbação na conduta regular e normal de um indivíduo, na sua capacidade de agir de maneira apropriada e controlada. A loucura passa agora a ser interpretada dentro do eixo paixão-vontade-liberdade. Aqui, a ênfase está nas emoções descontroladas (paixões), nas ações impulsivas e inapropriadas (vontade) e na incapacidade de exercer a liberdade de maneira adequada. Portanto, o internamento passou a ser uma prática não apenas para corrigir erros de julgamento, mas para controlar e normalizar comportamentos que eram vistos como desviantes e desordenados (FOUCAULT, 2021).

Nesse sentido, a definição de doença não é fixa ou universal, mas resulta de um conjunto de ideias justificadas por determinados valores da sociedade, que podem incluir normas culturais, crenças religiosas e avanços científicos. Portanto, a doença é associada à inadequação, enquanto a saúde é vista como o estado de adequação, implicando que a definição do que é saudável ou doente depende de critérios estabelecidos como normativos ou desejáveis pela sociedade. A norma que define o que é considerado doença não é algo inerente ou naturalmente determinado, mas é construída com base em valores específicos. Portanto, a concepção de doença não é apenas uma questão de biologia ou fisiologia, mas também de como uma sociedade entende e valoriza certos estados físicos e mentais, refletindo que saúde e doença são conceitos complexos, moldados por uma combinação de fatores objetivos e subjetivos (Rossatto et al, 2013)

Tendo isso em vista, o autismo é uma condição neurológica que constitui uma parte fundamental e integrante da identidade cultural do indivíduo. As características do autismo

costumam se manifestar na primeira infância, evidenciando-se por meio de atipicidades na interação social e na comunicação, além de comportamentos restritos e repetitivos (Wuo e Brito, 2023).

Dessa forma, o entendimento contemporâneo do autismo rejeita a concepção anterior de que se trata exclusivamente de um transtorno infantil. Atualmente, reconhece-se que o autismo é uma condição de longa duração que acompanha a pessoa ao longo de toda a sua vida. A etiologia do Transtorno do Espectro Autista (TEA) permanece parcialmente obscura, indicando uma interação complexa entre vários fatores. Esses fatores incluem componentes genéticos hereditários, influências epigenéticas e fatores ambientais que atuam durante a embriogênese (o desenvolvimento do embrião). Isso significa que o autismo não é causado por um único fator isolado, mas sim por uma combinação de múltiplos fatores que interagem de maneiras ainda não completamente compreendidas pela ciência (Santos e Narciso, 2023).

Os estigmas relacionados a doenças mentais severas entre adultos se baseiam em três fatores principais: medo e exclusão, autoritarismo e benevolência. O medo e a exclusão resultam de preconceitos e falta de conhecimento, levando à marginalização dessas pessoas. O autoritarismo envolve a crença de que elas são incapazes de cuidar de si mesmas, justificando controle excessivo e paternalismo. A benevolência, por sua vez, vê essas pessoas como infantis e necessitadas de cuidados, o que também é estigmatizante ao negar-lhes independência e tratamento como adultos plenos. Esses fatores contribuem para a manutenção de estigmas que prejudicam a vida das pessoas com doenças mentais severas, limitando sua integração social e seu desenvolvimento pessoa (Castela, 2013).

O estigma é um fenômeno que afeta profundamente a saúde mental e o bem-estar dos indivíduos, especialmente daqueles com condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Quando uma pessoa é estigmatizada, ela enfrenta preconceito e discriminação, o que pode ter várias consequências negativas. A redução da autoestima é uma dessas consequências, pois o estigma pode fazer com que as pessoas internalizem as atitudes negativas dos outros, levando-as a se sentir menos valorizadas e dignas. Essa internalização pode resultar em uma percepção negativa de si mesmas. Além disso, indivíduos estigmatizados frequentemente se afastam dos outros para evitar situações em que possam ser julgados ou discriminados, o que leva ao isolamento social e agrava os sentimentos de solidão e exclusão (Almeida e Rivera, 2021).

A inclusão de alunos com autismo em salas de aula regulares aumenta o conhecimento sobre o autismo e melhora as atitudes em relação à condição, promovendo empatia e respeito. Além disso, proporciona suporte personalizado para alunos com autismo, maximizando seu

potencial acadêmico e social. Todos os alunos se beneficiam ao desenvolver habilidades sociais e cooperação, valorizando a diversidade. Essa abordagem cria um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, motivador e acolhedor para toda a comunidade escolar (Santos e Narciso, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Artigos selecionados:

Título	Autores:	Ano:
Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão	Ana Gabriela Rocha Araujo, Mônia Aparecida da Silva e Regina Basso Zanon	2023
Revisão bibliográfica sobre estigma em relação ao portador de transtorno do espectro autista.	Silmara Celly França de Almeida e Giovani Amado Rivera	2021
Representações sociais e atitudes face ao autismo	Catarina Andrade Castela	2013
Os conceitos de normal e patológico: entre uma dimensão científica e uma dimensão do existir humano	Rosana Rossattoa, Rafael Wolski de Oliveira, Adriel Marangoni, Yasmin Fedrizzi Scola, Adriana de Zorzi e Julia Jacobi	2013
Inclusão de alunos com autismo no ensino regular: estratégias e desafios	Silvana Maria Aparecida Viana Santos Rodi Narciso	2023
Autismo e o paradigma da neurodiversidade na pesquisa educacional	Andrea Soares Wuo Andre Luiz Corrêa de Brito	2023
O que a sociedade precisa saber sobre o Transtorno do Espectro Autista	Vinícius Eduardo Santos Duarte, Gabriel Rodrigues da Silva, Simone Oliveira Couto, Isadora Fernanda Lopes Oliveira, Lívia	2021

	Silveira Lima, Tainara Franciele Linhares, Eduarda de Oliveira Gonçalves, Ana Luiza Brandão Leal, Ana Luísa Silva Ribeiro	
O papel da família ante ao Transtorno do Espectro do Autismo: da aflição à aceitação	Nazir Rachid Filho Maria da Conceição da Silva Cordeiro	2020
Pessoa autista, com autismo ou TEA? Tenho nome! O estigma e o contra estigma do TEA.	Alexandre Soledade Ramos	2022

Mediante exposto, ressalta-se a importância de reconhecer e combater os estigmas estruturais relacionados ao autismo, focando em como diferentes atores sociais, como pais, profissionais de saúde e escolas, podem, sem querer, reforçar atitudes capacitistas e estereótipos prejudiciais. Portanto, é fundamental entender que para mudar um pensamento replicado pela sociedade, é essencial identificar sua origem. Isso significa que compreender como os preconceitos e estigmas são perpetuados na sociedade é o primeiro passo para combatê-los. O estigma estrutural pode ser combatido se as pessoas refletirem sobre suas próprias ações e posições nesse contexto. Quando cada um examina como contribui para o cenário de estigmatização, é possível promover mudanças significativas. Por exemplo, pais que superprotegem ou falam pelos filhos autistas, embora bem-intencionados, acabam promovendo o capacitismo. É importante que os pais incentivem a autonomia dos filhos autistas e permitam que eles tenham sua própria voz e lugar de fala (Ramos, 2022).

Tendo isso em vista, a família desempenha um papel fundamental nesse acolhimento, proporcionando estímulos e suporte necessários para o desenvolvimento cognitivo e social da criança autista. Além disso, a colaboração entre a família e uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais da saúde e educadores, é destacada como essencial para garantir uma melhor qualidade de vida para a pessoa autista. A cooperação entre esses diferentes atores permite que sejam implementadas estratégias eficazes para apoiar o desenvolvimento da criança autista. Ao trabalharem juntos, eles podem identificar e abordar as necessidades específicas da criança, adaptando as intervenções conforme necessário. Esse esforço conjunto não apenas beneficia o indivíduo autista, mas também contribui para uma compreensão mais ampla do autismo pela sociedade. Com iniciativas e dedicação, o autismo pode ser mais bem

compreendido, promovendo uma sociedade mais inclusiva e acolhedora para todas as pessoas (Duarte et al, 2021).

Além disso, ao considerar o autismo apenas como uma condição clínica, os profissionais de saúde podem inadvertidamente reforçar o estigma, negligenciando a singularidade do indivíduo por trás do diagnóstico. É essencial que esses profissionais reconheçam a pessoa autista para além da sua condição, evitando cair em estereótipos prejudiciais. Da mesma forma, as escolas desempenham um papel crucial, muitas vezes recorrendo aos pais para resolver qualquer questão relacionada a um aluno autista, o que pode agravar estereótipos negativos. As instituições educacionais devem abordar os alunos autistas com equidade, evitando rotular automaticamente seus comportamentos como problemáticos ou exigindo a intervenção dos pais (Ramos, 2022).

Frequentemente, as famílias se encontram em situações onde se culpam por não poderem controlar o comportamento de seus filhos, o que pode desencadear duas reações distintas: a reprodução de padrões estigmatizadores ou a aceitação da responsabilidade pela condição. Em ambos os casos, a auto-discriminação é uma ocorrência comum. Assim, a qualidade dos laços familiares desempenha um papel crucial, pois pode oferecer o suporte necessário para enfrentar tais desafios. Desde o momento do diagnóstico, as famílias são profundamente afetadas, e a maneira como elas lidam com essa nova realidade tem um impacto significativo em seu bem-estar. É importante destacar que o impacto do diagnóstico pode variar dependendo de fatores como as expectativas familiares, a preparação emocional para enfrentar crises e a forma como a informação é comunicada. Nesse sentido, o suporte de profissionais especializados é vital para o progresso positivo dessas situações, destacando a importância da psicologia nesse contexto. (Filho e Cordeiro, 2020).

Por fim, é necessário examinar cuidadosamente as intervenções externas que são motivadas por estigmas. Qualquer ação tomada por instituições ou indivíduos deve ser avaliada para garantir que não esteja perpetuando estigmas, mas sim promovendo a inclusão e a compreensão. Este texto enfatiza que a luta contra estigmas estruturais requer uma mudança de perspectiva, na qual todos os envolvidos - pais, profissionais de saúde, escolas e a sociedade em geral - precisam refletir sobre suas ações e percepções. Somente assim será possível criar um ambiente mais inclusivo e respeitoso para as pessoas autistas (Almeida e Rivera, 2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do estigma em relação ao autismo revela a complexidade e a persistência desse fenômeno ao longo da história e em diferentes contextos sociais. Desde as antigas concepções de "estigma" como uma marca física indicando desvio social até as manifestações contemporâneas de discriminação e preconceito, fica evidente que o estigma afeta profundamente a vida das pessoas autistas e suas famílias. A inclusão de alunos autistas em ambientes educacionais regulares emerge como uma estratégia fundamental para combater esse estigma, promovendo a compreensão, a aceitação e a valorização da diversidade neurocognitiva.

No entanto, para alcançar uma inclusão genuína, é necessário um esforço conjunto de diversos atores sociais, incluindo famílias, profissionais de saúde, educadores e a sociedade em geral. A reflexão sobre nossas próprias atitudes e ações é essencial para desafiar e mudar os estigmas estruturais que permeiam nossas comunidades. Ao adotar uma abordagem inclusiva e respeitosa, podemos criar um ambiente mais acolhedor e igualitário para todas as pessoas autistas, promovendo seu bem-estar e seu pleno desenvolvimento. Esta reflexão reforça a necessidade contínua de sensibilização, educação e advocacia para combater o estigma e construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa para todos.

Palavras-chave: Estigma; Inclusão; Autismo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. C. F.; RIVERA, G. A. Revisão bibliográfica sobre estigma em relação ao portador de transtorno do espectro autista. **Revista Coopex.**, v. 12, n. 1, p. 1-8, 2021.
- ARAUJO, A. G. R.; SILVA, M. A. da; ZANON, R. B.. Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. e247367, 2023.
- CASTELA, C. A. **Representações sociais e atitudes face ao autismo**. 2013. Tese de Doutorado.
- DUARTE, V. E. S.; SILVA, G. R.; COUTO, S. O.; OLIVEIRA, I. F. L.; LIMA, L. S.; LINHARES, T. F.; GONÇALVES, E. O.; LEAL, A. L. B.; RIBEIRO, A. L. S. (202-). O que a sociedade precisa saber sobre o Transtorno do Espectro Autista. *Revista Projetos Extensionistas, Faculdade de Pará de Minas - FAPAM*, v. 1, n. 2, p. 173-183, jul./dez. 202-
- FILHO, N. R, & CORDEIRO, M. C. S. (2020). O papel da família ante ao Transtorno do Espectro do Autismo: da aflição à aceitação. *Inovação & Tecnologia Social*, (4)
- FOUCAULT, M. A microfísica do poder. ed.13. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 22 de março de 2021.

RAMOS, A. S. (2022). Pessoa autista, com autismo ou TEA? Tenho nome! O estigma e o contra estigma do TEA. In *Autismo: avanços e desafios* (Vol. 2). Editora Científica Digital.

ROSSATTO, R.; OLIVEIRA, R. W. de; MARANGONI, A.; SCOLA, Y. F.; ZORZI, A. de; JACOBI, J. Os conceitos de normal e patológico: entre uma dimensão científica e uma dimensão do existir humano.

SANTOS, S. M. A. V. .; NARCISO, R. . Inclusão de alunos com autismo no ensino regular: estratégias e desafios. **Revista Missioneira**, v. 25, n. 1, p. 187-197, 26 nov. 2023..

WUO, Andrea Soares; BRITO, Andre Luiz Corrêa de. Autismo e o paradigma da neurodiversidade na pesquisa educacional. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 29, p. e45911, 2023.
DOI: 10.26512/lc29202345911. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/45911>. Acesso em: 2 jun. 2024.